

O PAPEL DA MEMÓRIA COLETIVA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: 1964 E OS IMPACTOS DA ASCENSÃO DO NEGACIONISMO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

EL PAPEL DE LA MEMORIA COLECTIVA EN LA SOCIEDAD BRASILEÑA: 1964 Y LOS IMPACTOS DEL ASCENSO DEL NEGALISMO HISTÓRICO EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

THE ROLE OF COLLECTIVE MEMORY IN BRAZILIAN SOCIETY: 1964 AND THE IMPACTS OF THE RISE OF HISTORICAL DENIALISM IN BRAZILIAN EDUCATION

Maria Ribeiro do Valle⁹⁶
Danielle Barreto Lima⁹⁷

Resumo: Este artigo pretende abordar e analisar a influência da memória coletiva e do negacionismo na educação, com foco no contexto do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar (1964-1985). A discussão está centrada em compreender como o negacionismo histórico, que busca distorcer ou negar eventos históricos traumáticos, afeta a construção da memória coletiva e os debates educacionais sobre esse período conturbado da história brasileira, tendo em vista que a educação é um espaço crucial para a transmissão da memória coletiva e a reflexão crítica sobre acontecimentos históricos. Baseando-se na análise de trabalhos que exploram a ascensão do discurso negacionista no Brasil, os seus impactos na educação brasileira e a partir de um referencial teórico que inclui autores como Halbwachs (1990), Ricoeur (2007) e Pollak (1992, 1989), o estudo analisará como a memória coletiva se constrói e se transforma ao longo do tempo, e como o negacionismo histórico busca reinterpretar e negar o passado, com graves consequências para a formação de cidadãos críticos e conscientes, tendo em vista a forma com que as lembranças individuais se entrelaçam com as experiências compartilhadas por um grupo social, moldando a percepção coletiva do passado.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira. Memória coletiva. Educação; Negacionismo histórico.

97 Coordenadora do CEDEM/Unesp; professora livre-docente da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp - Campus de Araraquara. maria.valle@unesp.br

98 Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Campus de Araraquara/SP. danielle.b.lima@unesp.br

Resumen: Este artículo tiene como objetivo abordar y analizar la influencia de la memoria colectiva y el negacionismo en la educación, centrándose en el contexto del golpe cívico-militar de 1964 y la dictadura cívico-militar (1964-1985). La discusión se centra en comprender cómo el negacionismo histórico, que busca distorsionar o negar eventos históricos traumáticos, afecta la construcción de la memoria colectiva y los debates educativos sobre este período convulso de la historia brasileña, considerando que la educación es un espacio crucial para la transmisión de la memoria colectiva y Reflexión crítica sobre hechos históricos. A partir del análisis de trabajos que exploran el surgimiento del discurso negacionista en Brasil, sus impactos en la educación brasileña y con base en un marco teórico que incluye autores como Halbwachs (1990), Ricoeur (2007) y Pollak (1992, 1989), El estudio analizará cómo la memoria colectiva se construye y transforma a lo largo del tiempo, y cómo el negacionismo histórico busca reinterpretar y negar el pasado, con graves consecuencias para la formación de ciudadanos críticos y conscientes, dada la forma en que las memorias individuales se entrelazan con las experiencias compartidas por un grupo social, dando forma a la percepción colectiva del pasado.

Palabras clave: Dictadura cívico-militar brasileña. Memoria colectiva. Educación. Negacionismo histórico.

Summary: This article aims to address and analyze the influence of collective memory and denialism in education, focusing on the context of the 1964 civil-military coup and the civil-military dictatorship (1964-1985). The discussion is centered on understanding how historical denialism, which seeks to distort or deny traumatic historical events, affects the construction of collective memory and educational debates about this troubled period in Brazilian history, considering that education is a crucial space for transmission of collective memory and critical reflection on historical events. Based on the analysis of works that explore the rise of the denialist discourse in Brazil, its impacts on Brazilian education and based on a theoretical framework that includes authors such as Halbwachs (1990), Ricoeur (2007) and Pollak (1992, 1989), the study will analyze how collective memory is constructed and transformed over time, and how historical denialism seeks to reinterpret and deny the past, with serious consequences for the formation of critical and conscious citizens, given the way in which Individual memories intertwine with the experiences shared by a social group, shaping the collective perception of the past.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship. Collective memory. Education. Historical denialism.

INTRODUÇÃO

A memória coletiva desempenha um papel fundamental na construção da identidade – do indivíduo e de um grupo - e na compreensão do passado. Ela é moldada por narrativas, símbolos e eventos que são transmitidos de geração em geração.

No caso do Brasil, a memória coletiva sobre o período da ditadura civil-militar (1964-1985) é complexa e multifacetada. Ela inclui tanto as lembranças das vítimas e dos opositores ao regime quanto as perspectivas dos apoiadores e beneficiários da ditadura civil-militar. Como elemento que age nesta disputa de memórias, o negacionismo é uma força que busca minimizar, distorcer ou negar fatos históricos.

Neste contexto, a educação brasileira emerge como um campo crucial de batalha, em que as narrativas sobre o passado são recebidas, moldadas e contestadas. Como os estudantes percebem, interpretam e se manifestam sobre esses eventos históricos?

O presente estudo adotou uma abordagem metodológica fundamentada na pesquisa qualitativa, mais especificamente análise de bibliografia, com base nos conceitos teóricos de Halbwachs (1990), Ricoeur (2007) e Pollak (1992, 1989). Realizou-se uma revisão da literatura relacionada ao tema da memória coletiva, explorando as obras centrais desses autores e suas contribuições para o campo. Com base nos referidos conceitos, foram analisados os trabalhos que versavam sobre negacionismo histórico no contexto brasileiro, com foco no golpe civil-militar de 1964 e na ditadura civil-militar (1964-1985), bem como seus impactos na educação brasileira.

Com vistas a uma melhor organização dos argumentos, este artigo está dividido entre os seguintes tópicos: a primeira parte fará uma breve discussão sobre o contexto do golpe civil-militar de 1964 e sua influência na sociedade e na construção da memória coletiva, seguida da discussão sobre os conceitos atinentes à memória coletiva e sua importância para a compreensão da identidade e da história de uma sociedade. Posteriormente, serão explorados os elementos concernentes a narrativas e memórias que emergiram sobre a ditadura civil-militar. Em um terceiro momento, analisar-se-á o fenômeno do negacionismo histórico e sua relação com a memória coletiva, com foco no contexto do golpe de 1964 e do regime militar. Por fim, serão discutidos os impactos da ascensão do negacionismo na educação brasileira, abordando o papel da educação e do pensamento crítico na construção da memória coletiva.

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985) E SEUS IMPACTOS NA MEMÓRIA COLETIVA

O golpe de 1964 e a subsequente ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) marcaram profundamente a história brasileira. A repressão política, a censura e as violações a direitos humanos perpetradas pelo regime geraram traumas e silêncios que ainda hoje se refletem na sociedade e na memória coletiva sobre os ocorridos.

O relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) – aspecto que será retomado adiante, especificamente no que se refere à proliferação dos discursos negacionistas sobre a ditadura civil-militar – apresenta as seguintes modalidades de grave violação de direitos humanos ocorridas durante o regime militar: a prisão (ou detenção) ilegal ou arbitrária; tortura; execução sumária, arbitrária ou extrajudicial e outras mortes imputadas ao Estado; e o desaparecimento forçado, no que se considera a ocultação de cadáveres, conforme o caso⁹⁹. Durante a ditadura civil-militar, foram 434 mortes e desaparecimentos de vítimas¹⁰⁰. Quanto à prática de tortura, a estimativa é de que cerca de 20 mil brasileiros tenham sido submetidos a ela durante o período¹⁰¹.

A esse quadro, soma-se a censura, um instrumento fundamental para controlar o acesso à informação e, em certa medida, moldar a narrativa – e a memória - histórica. Com severas restrições impostas à liberdade de expressão, a censura limitou o acesso da população a informações sobre os crimes praticados.

99 Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014, v. 1, p. 280.

100 Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014, v. 1, p. 963. De acordo com o relatório “a CNV teve condições de confirmar 434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime militar, que se encontram identificados de forma individualizada no Volume III deste Relatório, sendo 191 os mortos, 210 os desaparecidos e 33 os desaparecidos cujos corpos tiveram seu paradeiro posteriormente localizado, um deles no curso do trabalho da CNV. Esses números certamente não correspondem ao total de mortos e desaparecidos, mas apenas ao de casos cuja comprovação foi possível em função do trabalho realizado, apesar dos obstáculos encontrados na investigação, em especial a falta de acesso à documentação produzida pelas Forças Armadas, oficialmente dada como destruída.” (2014, v. 1, p. 963)

101 Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014, v. 1, p. 350.

Pensando a questão do papel da memória coletiva, é imperioso estabelecer a diferenciação entre história e memória e, muito embora haja importantes ligações entre os conceitos, a primeira é permeada por operações que podem “[...] questionar e provar criticamente os conteúdos das memórias, e isto ajuda na tarefa de narrar e transmitir memórias criticamente estabelecidas e provadas” (Jelin, 2002, p. 75).

Conforme apontado por Jelin (2022), a relação entre história e memória não é simples nem unidimensional. Existem múltiplos níveis e tipos de interação entre esses dois conceitos. É importante ressaltar que a memória não é simplesmente uma versão autêntica e precisa dos acontecimentos históricos. Pelo contrário, ela pode ser influenciada por distorções, deslocamentos e negações, resultando em diferentes interpretações e narrativas sobre o passado. No entanto, mesmo nessas distorções, a memória continua sendo uma fonte crucial para a compreensão da história.

Grupos dominantes podem instrumentalizar a memória coletiva, impondo uma narrativa específica do passado. No contexto do golpe de 1964, a construção da memória coletiva sobre esse período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) tem sido alvo de disputas e revisões ao longo do tempo, refletindo diferentes narrativas e interpretações sobre os eventos da época (Fico, 2004), influenciando a percepção do passado e as relações de poder na sociedade. Estas “disputas pela memória não são apenas narrativas concorrentes, mas também discursos que visam ao ataque deliberado contra as memórias, principalmente de minorias e grupos de opositores políticos” (Almada, 2023, p. 16).

Considerando que a memória coletiva antecede a memória individual, a forma com que os indivíduos lembram das coisas impacta, inclusive, a sensação de coesão entre os grupos (Halbwachs, 1990). Para Halbwachs (1990, p. 26) “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”. Neste contexto, diferentes interpretações do golpe de 1964 podem ser explicadas pelos diferentes contextos aos quais os indivíduos pertencem.

No mesmo sentido, Pollak (1989) aponta a relevância da memória para a construção da identidade da sociedade e do indivíduo, tratando-se de fenômeno que é construído com e por meio da coletividade, não devendo ser compreendido como meramente individual.

Halbwachs (1990) aponta que, no processo de construção da memória, para ele coletiva, são necessárias operações complexas, que requerem grupos de lembranças semelhantes e que concordem entre si, com “pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum.” (Halbwachs, 1990, p. 33).

Se a premissa utilizada por Halbwachs (1990) parte de uma ideia de construção e reconstrução da memória, de forma conjunta e harmônica, Pollak (1989, p. 4) aponta para o fato de que essa memória coletiva pode ter um “caráter destruidor, uniformizador e opressor”. Para Pollak (1989, p. 9), trata-se mais de uma espécie de “enquadramento da memória”, com base em referenciais estabelecidos, “quadros de referência”, com o objetivo de manter a coesão entre os grupos.

Nesse contexto, pode-se dizer que há uma interligação entre as memórias individuais e coletivas:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não

se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (Pollak, 1992, p. 201).

A memória constitui-se, portanto, a partir do que o indivíduo vive pessoalmente, mas, sobretudo a partir do grupo ao qual pertence, em que o processo de “socialização política” ou “socialização histórica” pode constituir o que o autor chama de “memória herdada” (Pollak, 1992, p. 201).

Na perspectiva de Halbwachs (1990), o pertencimento a um ou mais grupos desempenha um papel fundamental na formação das recordações individuais. Segundo o autor, a validação dos depoimentos e relatos de qualquer sujeito só terá sentido dentro do contexto do grupo social específico ao qual ele pertence. Esse grupo compartilha experiências e informações sobre acontecimentos singulares, construindo assim um quadro de referências comum aos seus integrantes.

Selecionando o que deve ser lembrado ou esquecido – e essa seleção é disputada – é que ocorre a instrumentalização da memória, já que “[...] pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela” (Ricoeur, 2007, p. 455).

Dito isso, pode-se concluir que a memória coletiva se configura como um espaço de disputa, onde diferentes grupos sociais lutam para impor sua versão do passado. Neste sentido, os espaços educativos são campos profícuos para articulação da memória como uma narrativa, em que se disputa e negocia sentidos.

NARRATIVAS E MEMÓRIAS QUE EMERGIRAM SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Para Marcos Napolitano (2020, p. 35), houve três frases no processo de construção social da memória sobre a ditadura civil-militar entre os anos de 1964 e 2014. Entre 1964 e 1974, emergiram as “experiências matrizes”, demarcando um período em que as experiências políticas eram assimiladas e ocorria a reorganização das forças políticas em torno do golpe e do regime militar. Ainda nessa fase, já havia, ainda que timidamente, um processo de organização narrativa.

Na sequência (1974-1994), segundo o autor, houve um “enquadramento narrativo” das tais “experiências matrizes”, com o consequente e gradual isolamento político dos militares no poder em relação a determinados setores da sociedade, em que se afirmava uma “memória crítica ao regime” (Napolitano, 2020, p. 35). Para o autor, esta memória foi uma das bases para a construção de medidas com o fulcro de silenciar a apagar a violência ditatorial e impedir a punição dos agentes do Estado que atuaram na violação aos direitos humanos.

Entre 1995 e 2014, há a fase das “políticas de memória”, com o desenvolvimento de políticas de reparação que, muito embora tentassem perseguir a verdade, não alcançavam o elemento justiça (Napolitano, 2020, p. 36). Neste processo, destaca-se a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei Federal nº 12.528/2011, que nomeou equipes para investigar as violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Segundo o autor, apesar dos esforços institucionais e da regulação nesse processo, os grupos de extrema-direita, tanto civis quanto militares, conseguiram influenciar o debate público. Eles questionaram a imparcialidade da Comissão Nacional da Verdade (CNV) com o objetivo de promover uma “memória positiva” da ditadura. A crise política que afetou os

governos de esquerda associados ao Partido dos Trabalhadores também contribuiu para fortalecer essa revisão histórica (Napolitano, 2020, p. 36). O final dessa fase culmina no:

[...] ano de 2015 [que] marcou um momento importante de afirmação pública do revisionismo ideológico, com a tomada das ruas pela extrema-direita saudosa do regime militar. A conjugação da memória ressentida de grupos militares com os nostálgicos civis da ditadura ganhou as ruas e a esfera pública. [...] nesse momento, os tabus e pudores dos nostálgicos da ditadura foram rompidos, em nome da luta contra a corrupção e as esquerdas no poder. Com o acirramento da crise política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, a esfera pública se viu tomada pelo “retorno do recalcado” da memória da extrema direita, e por negacionismos e revisionismos de natureza puramente ideológica em relação à ditadura. [...] paulatinamente, outras narrativas começaram a romper os tabus e silêncios autoimpostos pelos perpetradores e seus herdeiros e simpatizantes, culminando na reivindicação de uma “outra narrativa histórica”, frequentemente às expensas da verdade histórica, na campanha eleitoral de 2018 (Napolitano, 2020, p. 38-41).

Pereira (2015) já destacava que a atuação da extrema-direita, observada a partir de meados da década de 2010, esteve diretamente relacionada aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Paralelamente, a pesquisadora Caroline Bauer (2017) também havia apontado o aumento dos discursos negacionistas e revisionistas à medida que a CNV avançava em suas investigações.

O FENÔMENO DO NEGACIONISMO HISTÓRICO E SUA RELAÇÃO COM A MEMÓRIA COLETIVA

“Chegada dos militares ao poder em 1964 não foi golpe”¹⁰²; “movimento dos militares foi ‘necessário’¹⁰³; Bolsonaro diz que denúncias de tortura na ditadura são ‘tudo cascata para ganhar indenização’¹⁰⁴. As assertivas acima são exemplos de que o negacionismo histórico tem encontrado espaço fácil de disseminação, fortalecido com o advento da internet e, diga-se de passagem, a propagação de *fake news*. Espaço determinante para a disseminação das narrativas negacionistas sobre o passado ditatorial, as redes sociais e a internet facilitaram a organização de “comunidade de memória em rede” (Pereira, 2015).

Para Napolitano (2021, p. 98), o negacionismo é “a negação a priori de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado [...]”. Essa “negação” do conhecimento histórico, formado a partir de bases científicas e reconhecidas metodologicamente, é feita em nome de uma suposta “verdade ocultada” pelas instituições acadêmicas, científicas e escolares, por causa dos supostos “interesses políticos ligados ao sistema” (Napolitano, 2021, p. 98).

Essa negação de fatos históricos é alimentada por desinformação com a intenção de lançar dúvidas sobre eventos e situações estabelecidos, sendo que o impacto do negacionismo histórico é particularmente significativo no contexto da memória coletiva, pois pode levar a uma “guerra de memórias”, onde diferentes grupos contestam a validade das narrativas históricas uns dos outros (Seabra, 2022).

Para Gandra e Jesus (2020, p. 2), essa “prática negacionista esprou-se para os questionamentos dentro do próprio campo historiográfico, principalmente a respeito do processo da escravidão no Brasil, das torturas e o golpe civil-militar (1964).

102 Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/para-jurista-chegada-dos-militares-ao-poder-em-1964-nao-foi-golpe-31032019>. Acesso em: 26 mar. 2024.

103 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/ernesto-araujo-nega-golpe-militar-em-1964-e-diz-que-foi-um-movimento-necessario.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2024.

104 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-denuncias-de-tortura-sao-tudo-cascata-para-ganhar-indenizacao/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

Parte-se da hipótese de que o negacionismo, especialmente no caso brasileiro, tem origem na impunidade que permeia os acontecimentos referentes à ditadura o que, muito em parte, está ligado à Lei de Anistia. Atrelada a essa ideia de impunidade, nota-se um “não arrependimento” por parte dos algozes do período, juntamente com a ideia de “não punição”.

Recorre-se, aqui, a Ricoeur (2007), para quem a anistia é um gesto de interrupção do conflito, sem, no entanto, que ele deixe de existir. “A proximidade mais que fonética, e até semântica, entre anistia e amnésia” (Ricoeur, 2007, p. 460) denota uma espécie de confusão entre anistia, esquecimento e, pode-se dizer também, perdão.

Para Bauer (2014), a “ideologia de reconciliação¹⁰⁵” que foi disseminada no país, representada pela Lei de Anistia, nome popular para a lei nº 6.683, sancionada por João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, foi elemento de caracterização do processo de redemocratização brasileira e acabou por instituir um silêncio sobre o período da ditadura, posto que a anistia recíproca:

[...] estabelecia o controle do passado a partir de sua interdição, vetando o direito à verdade e, por consequência, o conhecimento dos fatos imbrincados com a ditadura civil-militar. O direito à verdade, assim, não era necessário, pois se considerava a ditadura “página virada” e, em última instância, uma ameaça à possibilidade de reciprocidade à anistia (Bauer, 2014, p. 153).

Ressalvada a sua importância dentro do contexto histórico, a Lei de Anistia acabou por extirpar qualquer possibilidade de punir os agressores e violadores dos direitos humanos. Essa impunidade, que alimenta o silêncio e o esquecimento e que agrada aos algozes da ditadura, foi ameaçada com a instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, como dito acima, fomentou a proliferação do discurso negacionista no campo político e histórico brasileiro.

De acordo com Almada (2023, p. 15), que analisou a forma com que o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019 -2022), em sua época de deputado federal (1991-2018), articulou um discurso contrário à Comissão Nacional da Verdade (CNV), algumas características do negacionismo são:

[...] uma visão simplificadora e maniqueísta de processos históricos (sobre os quais há ampla historiografia e pesquisa constituídas ao longo dos anos); o falseamento e o mau uso das fontes históricas; constante revanchismo e menção a “feridas” que não podem ser abertas, inversão de vítimas e algozes; defesa perversa da liberdade de expressão, mesmo quando se defendem posições não democráticas ou de infração dos direitos humanos; tradução da fatualidade histórica em fábula de historiadores ou de especialistas guiados por interesses exclusivamente políticos e ideológicos; operacionalização de teorias da conspiração quanto ao apoio e financiamento de grupos de esquerda, entre outros aspectos (Almada, 2023, p. 15).

Para Gandra e Jesus (2020, p. 5), “[...] os negacionistas utilizam estratégias diversas, dentre elas, apropriação de documentos e de memórias particulares, que são interpretados de forma deturpada para dar credibilidade às suas teses”. Ligado a tentativas de reinterpretação da memória coletiva, o negacionismo histórico, muitas vezes, é usado para atender a determinados interesses políticos ou ideológicos (Pereira, 2015).

As violências perpetradas, o golpe contra a democracia, são elementos que uma parcela da sociedade busca falsear, silenciar, contestando o que de fato se passou durante a ditadura civil-militar. Essa contestação não se dá necessariamente pela mentira, mas também pelo processo de negação (Pereira, 2015, p. 877).

Esse negacionismo histórico causa efeitos, sobretudo, na educação brasileira, com impactos significativos na forma como a sociedade compreende e interpreta eventos passados, especialmente aqueles relacionados à ditadura civil-militar (1964-1985).

105 O historiador catalão Ricard Vinyes criou o termo “Ideologia da reconciliação” para descrever as políticas estatais que buscam igualar moralmente e garantir impunidade equitativa em relação aos crimes cometidos durante períodos autoritários, como a ditadura civil-militar no Brasil (Bauer, 2014, p. 151).

IMPACTOS DA ASCENSÃO DO NEGACIONISMO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E A DITADURA CIVIL-MILITAR NAS SALAS DE AULA

Compreender como a ascensão do negacionismo histórico impacta a educação brasileira é relevante pois, é especialmente nos espaços educativos que os “ecos” de falas negacionistas podem ressoar e, na mesma linha, afigura-se como ambiente para que esses “ecos” sejam refinados no filtro da história, por meio do debate democrático e de uma educação crítica.

Carvalho (2021), ao fazer um balanço de 18 dissertações de mestrado defendidas por professores da educação básica entre os anos de 2014 e 2019 no Mestrado Profissional em Ensino de História, com o objetivo de investigar o ensino da história da ditadura civil-militar brasileira no tempo presente, aponta a existência de:

[...] relatos frequentes de embate entre diferentes memórias sobre a ditadura civil-militar na sala de aula, incluindo a defesa dos anos ditatoriais como um tempo positivo de crescimento econômico, segurança e ausência de corrupção. Também foram relatadas situações em que estudantes minimizaram ou justificaram a violência praticada pelo Estado ditatorial ou declararam sua inexistência na região ou nos espaços sociais onde vivem (Carvalho, 2021, p. 10).

Para Kallás (2020, p. 51), que analisa a forma com que as experiências sociais dialogam com as construções narrativas e, conseqüentemente, abrem campo para as historicidades além da sala de aula, as “narrativas, principalmente as midiáticas e de redes sociais, cada vez mais, produzem conteúdos hegemônicos influenciando o significado que grupos sociais dão a eventos e processos históricos”.

Paralelamente, deve-se levar em conta, conforme destaca Luis Fernando Cerri (2011, p. 44), que “a formação histórica depende apenas em parte da escola”. Sendo assim, não é pertinente deixar de levar em consideração outros fatores tais como a família, a mídia e internet, bem como, inclusive, os espaços religiosos, ao pensar as estratégias docentes.

Ao lado das práticas negacionistas já relatadas neste texto, importa destacar a abordagem da organização “Escola Sem Partido”¹⁰⁶. Essa tinha, como um dos seus objetivos, influenciar as formas com as quais se ensina sobre a ditadura civil-militar no Brasil, promovendo uma visão que nega a natureza ditatorial do regime militar brasileiro. (Farias; Oliveira, 2020). Ainda que os seus organizadores tenham declarado sua extinção nos idos de 2019¹⁰⁷, suas ideias conservadoras e negacionistas ainda reverberam no ambiente escolar – e fora dele.

Pode-se dizer, portanto, que os “tentáculos” do negacionismo histórico atuam de forma ressonante dentro e fora da sala de aula. O discurso negacionista que ecoa na sala de aula é reforçado por elementos fora dela. A organização em comento, por exemplo, se articulava de maneira a atuar na propositura de projetos de lei com o objetivo de impor mecanismos de vigilância e criminalização de docentes por práticas que poderiam ser acusadas de “doutrinação”.

Em sentido contrário e como forma de resistência, a abordagem educacional sobre a violência do governo e a desigualdade durante o regime ditatorial pode contribuir para que os alunos desenvolvam uma nova perspectiva sobre esses temas na atualidade, atuando como “ferramenta privilegiada de desconstrução dos valores antidemocráticos e de desrespeito aos direitos humanos” (Quinan, 2016, p. 14).

Importa dizer que a pesquisa de Quinan (2016) – que entende possível que o ensino da ditadura civil-militar na educação básica atue como um “braço da justiça de transição” (Quinan,

106 A organização Escola sem Partido surgiu em 2004, fundada pelo advogado católico Miguel Nagib, e ganhou destaque a partir da década de 2010. A organização se aliou a movimentos políticos e grupos cristãos conservadores, adotando uma postura pública que acusa professores de “doutrinação”.

107 Conforme: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>. Acesso em 22 abr. 2024.

2016, p. 13) – iniciou-se ao observar que seus alunos minimizavam a gravidade da tortura e negavam a corrupção durante a ditadura civil-militar. Isso provocou uma reflexão sobre o papel social do historiador e do professor de História frente ao reforço dessas percepções.

Santos (2022, p. 73), ao analisar o impacto do negacionismo histórico em sala de aula sobre o tema da ditadura civil-militar brasileira, apresenta os dados de uma pesquisa feita em 2021 envolvendo estudantes concluintes do Ensino Médio de uma escola estadual no Rio Grande do Norte. O autor aponta que a grande maioria dos estudantes tem conhecimento sobre a ditadura civil-militar no Brasil, com 92,6% afirmando ter ouvido falar do período. Desses, 52% foram informados sobre a ditadura por meio de suas escolas e professores, conforme indicado na segunda questão da pesquisa. Neste ponto, é relevante mencionar o papel significativo dos professores na transmissão da memória coletiva para as gerações futuras.

Importante notar também que uma parcela significativa - 32% - mencionou as redes sociais como fonte de informação sobre a ditadura, evidenciando o papel relevante que estas plataformas desempenham na disseminação de conhecimento histórico entre os jovens, como dito acima (Santos, 2022).

Fernandes (2022, p. 121), ao analisar o tema da ditadura civil-militar em três dos livros didáticos que, segundo ele, mais circulam na rede pública brasileira de ensino básico, aponta a ausência, nas obras analisadas, da menção aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo o autor, enquanto duas das obras analisadas mencionaram a CNV como sugestão para complementar o trabalho dos professores, a terceira obra não faz qualquer menção a ela. Para o autor, a omissão da CNV sugere uma relutância dos editores em abordar essa questão como um problema contemporâneo, ou seja, como um processo ainda em andamento e, portanto, sujeito a debate.

Sobre este ponto, é importante destacar que o currículo escolar desempenha um papel crucial na formação da compreensão dos estudantes sobre eventos históricos como a ditadura. A maneira como esse período é abordado nos livros didáticos e no currículo influencia diretamente a percepção dos alunos. É imperativo que haja uma inclusão de diferentes perspectivas e uma ênfase nos fatos históricos para promover uma educação crítica e informada.

A visita a espaços de memória, como museus, memoriais e locais históricos relacionados à ditadura, oferece aos estudantes a oportunidade de vivenciar o passado de forma mais tangível. Estes espaços devem fornecer uma compreensão abrangente e crítica do período ditatorial, estimulando o pensamento reflexivo e o questionamento. Ciente dessa importância, o trabalho de Silva (2018) disponibilizou documentos históricos relacionados a indivíduos perseguidos pelo Estado, agentes da repressão e à imprensa local do Paraná em um site¹⁰⁸. A intenção era que estudantes e professores utilizassem esses materiais para promover diálogos entre diferentes perspectivas e discutir a complexidade dos agentes envolvidos na construção da realidade histórica.

Em suma, a análise dos impactos do negacionismo histórico na educação brasileira, especialmente no que se refere ao ensino sobre o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura civil-militar, evidencia a necessidade premente de promover uma abordagem educacional que estimule o pensamento crítico, a pluralidade de perspectivas e o respeito aos direitos humanos. Diante das disputas pela memória coletiva e das influências externas negacionistas, os educadores desempenham um papel crucial na formação das novas gerações, devendo enfatizar a importância do debate democrático, da inclusão de diferentes visões e do acesso a fontes históricas diversificadas.

108 Disponível em: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/>. Acesso em 22 abr 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Dime qué piensas de la dictadura y te diré qué te parece la democracia” (Raggio, 2017, p. 6): a compreensão da história do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) é um processo que dialoga com aspectos sociais, políticos e culturais e se movimenta do presente ao passado, produzindo novos sentidos e voltando a ele. Questionar ou negar a violência cometida pelo regime militar é, sobretudo, relativizar um contexto histórico e político que deixou profundas marcas na sociedade brasileira. Em última linha, é tentar modificar a tessitura da sociedade em um passado que ainda reverbera no presente, de modo a alterar as bases democráticas e o próprio conceito de democracia.

A análise do golpe civil-militar de 1964 e da subsequente ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) revela não apenas os traumas e silêncios que permearam esse período sombrio da história do Brasil, mas também a complexidade da relação entre história e memória coletiva. As graves violações aos direitos humanos perpetradas pelo regime, documentadas pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ecoam até os dias atuais, influenciando as narrativas sobre o passado.

O estudo do processo de construção social da memória sobre a ditadura civil-militar brasileira entre os anos de 1964 e 2014, conforme analisado por Marcos Napolitano (2020), revela uma evolução marcada por fases distintas. Desde a emergência das “experiências matrizes” até o momento das “políticas de memória”, passando pela criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), esses períodos refletem não apenas a tentativa de compreensão e reparação dos eventos passados, mas também os embates ideológicos e políticos que permeiam a interpretação desses fatos. A ascensão da extrema-direita e o aumento dos discursos negacionistas evidenciam a complexidade do processo de construção da memória coletiva, reforçando a importância de uma abordagem crítica e informada sobre o passado para a preservação da verdade histórica e o fortalecimento da democracia.

O negacionismo histórico tem se mostrado uma preocupação relevante no contexto brasileiro, especialmente no que diz respeito à memória coletiva sobre a ditadura civil-militar. A disseminação de narrativas negacionistas, facilitada pelo advento da internet e das redes sociais, tem desafiado a compreensão dos eventos históricos estabelecidos. A impunidade ligada à Lei de Anistia e a negação de fatos históricos contribuem para alimentar esse fenômeno, que muitas vezes é utilizado para atender a interesses políticos e ideológicos. Essa negação da verdade histórica, além de minar os esforços de justiça, também tem implicações diretas na educação, influenciando a forma como os eventos passados são ensinados e compreendidos nas salas de aula e na sociedade em geral.

A análise dos impactos da ascensão do negacionismo histórico na educação brasileira, especialmente no que diz respeito ao ensino sobre o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura civil-militar, revela que a educação brasileira não está imune às pressões externas e aos discursos negacionistas que permeiam a sociedade.

Portanto, é essencial que a educação brasileira adote abordagens que promovam o debate democrático, a diversidade de ideias e uma análise crítica dos eventos históricos, a fim de construir uma sociedade mais consciente e comprometida com os valores democráticos e os direitos humanos, sem deixar de levar em consideração que, ainda que os discursos negacionistas ecoem na escola, eles não partem e fomentam – somente – dela, o que demanda esforços conjuntos da coletividade.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Pablo Emanuel Romero. A memória e o negacionismo: Considerações sobre a pesquisa em sociologia histórica. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 28, n. esp.1, p. e023009, 2023. DOI: 10.52780/res.v28iesp.1.16110. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/16110>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?: história, historiadores e a comissão nacional da verdade*. Jundiaí: Paco, 2017.
- BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Revista Dimensões*, Vitória, v. 32, 2014, p.148-169.
- BEZERRA, Ellen Natucha Pedroza. Os embates em torno da memória das ditaduras militares no Brasil e na Argentina. In: MENESES, Sônia (org.). *História, memória e direitos*. São Paulo: Letra e Voz, 2019, p. 153-164.
- CARVALHO, Alessandra. O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0103, maio/ago. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313332021e0103>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- FARIAS, José Airton de; OLIVEIRA, Danielle Rodrigues de. Ensino de ditadura civil-militar em tempos de “Escola Sem Partido”. *Revista Eletrônica de Educação*, [S. l.], v. 14, p. e2712020, 2020. DOI: 10.14244/198271992712. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2712>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- FERNANDES, Gabriel Dias. *Ditadura Militar em Tempos Negacionistas: uma análise do tema em livros didáticos*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Goiânia, 2022
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira De História*, 24(47), 29-60, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN/>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- GANDRA, Edgar Avila; JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. O negacionismo renovado e o ofício do historiador. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-17, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/38411>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KALLÁS, Ana Lima. *O debate público de professores historiadores acerca da ditadura pós-1964 no Brasil: ensino de história, memória e usos públicos da história recente (1985 -2015)*. 361 f. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la represión. Madrid: Siglo veintiuno de España editores, s.a., 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 18- 56, jan./jun. 2020. Disponível em: <file:///D:/USUARIO%20-%20N%20APAGAR/Downloads/67794-279159-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos combates pela História: desafios, ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85-114.

OLIVEIRA, Hélio. O 'gabinete das sombras' e a ascensão do discurso negacionista no Brasil. *Cadernos De Linguística*, São Cristóvão-SE, 2(4), e427, 2021. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=GRTWa-QAAAAJ&citation_for_view=GRTWa-QAAAAJ:NMxIIDI6LWMC. Acesso em: 22 abr. 2024.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? guerras de memória em tempos de comissão da verdade (2012-2014). *Varia Historia*, Belo Horizonte, 31(57), 863-902, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/NcJrcx93VSTVnnQnHVGXLYf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2024.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 26 mar 2024.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 26 março 2024.

QUINAN, Licia Gomes. *As memórias dos jovens sobre a ditadura civil-militar e a função social do historiador/professor*. 84 f. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016

RAGGIO, Sandra. Transmisión de la memoria: la experiencia en el encuentro con Otros. El largo proceso de institucionalización de la memoria en la escuela. *Aletheia*, La Plata, v. 7, n. 14, p. 1-12, abril 2017. Disponível em: <http://aletheiaold.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-14/pdfs/Raggio-OK.pdf>. Acesso em: 26 março 2024.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Herbert Alexandre Vieira dos. *A disputa pela memória histórica em sala de aula sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): os impactos dos revisionismos e negacionismos históricos na educação escolar (ensino médio público do RN, 2020-2022)*. 145f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Profhistoria) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SEABRA, S. Da guerra de memórias: antigos problemas e novas leituras. *Revista Eco-Pós*, [S. l.], Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 437–458, 2022. DOI: 10.29146/ecops.v25i1.27711. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27711. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, Luiz Gabriel da. *Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba – PR)*. 151 f. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.